

# LINGUAGEM: NATUREZA OU CONVENÇÃO?

João Pedro Mendes  
Universidade Nacional de Brasília

## Abstract

One of the oldest of problems is to establish the way language arose from the manipulation of sounds used to name things. Plato's dialogue *Cratylus* was the first work to discuss this subject. Two conflicting theories are presented: Cratylus asserts that names are attached to things by their very nature, that is, each entity demands for itself the name that men give it, the reason for its name is in its nature. Hermogenes refutes this position stating that the relationship between name and named object is a pure convention or an agreement between speakers.

Called upon to decide the issue, Socrates, after expressing reservations about the positions of the two debaters, presents a third theory: it is the use for the formation and acceptance of a vast store of names what makes possible the relationships of men among themselves and of men with things. Names are fixed in order to instruct, existing in this process an art and artists: the legislators.

Epicurlanism explains the formation of language by sociological and psychological factors. Modern linguists, following Saussure, definitively resolve the problem of the natural or conventional origin of language by setting up various points of departure such as: the distinction between language and speech, the concept of language as an ideosyncratic system of signs, the arbitrary nature of signs, etc.

Conhecer é apreender as imagens dos objetos. A palavra é a representação do pensamento e do ser. De palavras se entretetece a linguagem, que é o meio essencial da manifestação do ser.

Etimologicamente, o termo que designa o ato ou efeito de articular palavras, isto é, **falar**, provém do latim *farī*, que tem a mesma raiz do grego *φημι* o qual originariamente significava "tomar visível", donde "manifestar o seu pensamento pela fala". **Fábula, fama, facundo, fado** (primitivamente "declaração", "oráculo"), **fátuo** ("tagarela"), **afasia, eufemismo, inefável, infando, infante, nefando, professor, profeta** ("aquele que transmite pela palavra a vontade dos deuses") – são da mesma família etimológica. A raiz do grego *φανω* (sânscrito *bha-*, "brilho") preservou o sentido de "fazer brilhar", "fazer aparecer", "tornar visível", "dar a conhecer", "indicar", sentido esse bem patente em **face, facho, fagulha, fanal, fanático** ("o que se diz iluminado"), **fanerogâmico, fantasma, farol, fase** ("aspecto"), **diáfano, epifania**, etc.

A **fala**, por conseguinte é o ato ou efeito de iluminar, revelar, mostrar o que está oculto. Em sua essência, ela é **fenomenológica** (mais um vocábulo da família), quer dizer, é uma revelação em si mesma que, ao manifestar o revelado, o faz manifestar-se a si próprio nessa mesma luz. Para desvelar o que está escondido, tem de desvelar-se a si mesma, à maneira do clarão, cuja finalidade não é mostrar-se a si, mas o seu mostrar-se consiste em mostrar o que através dele se mostra. A fala se define por oposição à realidade de que é manifestação: o pensar – e este se manifesta na fala.

Como revelação do pensamento, o ato de falar é exclusivo do homem, inscrevendo-se entre as manifestações de sua atividade simbólica, ou seja de sua aptidão para representar as coisas, as idéias e os fatos por meio de símbolos, que são os sons emitidos por seu aparelho fonador. A fala insere-se no conceito mais amplo de linguagem, a qual, além de sons, pode utilizar gestos, atitudes, comportamentos, sinais e objetos que substituam o representado, seja ele concreto ou abstrato. Em sentido lato, essa aptidão não é exclusiva da espécie humana; estudiosos como o professor K. von Frisch mostraram que as abelhas de um enxame são capazes de simbolizar o ritmo e o sentido de suas evoluções em torno do favo, bem como a duração do vôo e sua orientação em relação ao sol. Animais gregários como os castores, certas espécies de aves e as formigas, por exemplo, podem dispor de verdadeiros códigos, que são modos análogos de comunicação. Contudo, a linguagem humana tem de específico o seu caráter complexo; cada símbolo por ela utilizado é decomponível em unidades menores, podendo estas combinar-se de maneiras diferentes na constituição de novos símbolos, praticamente **ad infinitum**. Aqueles códigos, pelo contrário, são fixos e imutáveis, com possibilidades expressivas radicalmente limitadas, na mesma linhas dos hábitos alimentares, dos modos de locomoção, construção de ninhos ou reprodução. Outra distinção básica está no fato de a linguagem humana, enquanto ato individual, ser aprendida e não herdada. Além disso, os grupos humanos podem mudar de sistema de comunicação, o que, aliás, já ocorreu algumas vezes na história da civilizações. Tudo isto sem falar na sua função cognitiva que, esta sim, é insubstituível.

Quando o homem primitivo começou a ter consciência do mundo circunstante, uma longa marcha se iniciava rumo ao infinito do ser e do poder. O **homo sapiens** passou a captar a nova dimensão dos objetos da realidade. Num esforço demiúrgico,

o **homo faber** passou a agir sobre esses objetos, adaptando-os e transformando-os para satisfazer suas necessidades materiais e espirituais. Num esforço mais ousado, procurou conhecer e entender a constituição do cosmos. Naturalmente, a primeira atitude da sua inteligência perante a realidade envolvente é um impulso cognitivo que "fotografa" os objetos e imprime suas imagens na mente. A memória e o processo evocador constituem os meios e as técnicas do conhecimento. Os sentidos recolhem e enviam ao intelecto paciente as impressões que nutrem a fantasia, dão asas à imaginação criadora e metamorfoseiam o real. A mente do homem gera e povoa um mundo novo, o das imagens. Tudo será pretexto para essa atividade genesíaca, da necessidade banal da subsistência ao esconjuro dos malefícios advindos dos astros e de reinos desconhecidos.

Ora, a expressão da imagem é a palavra. Qualquer tentativa de estruturação de uma ontologia da linguagem terá de apolar-se na análise do jogo combinatório entre a palavra e a imagem. Esta pode ser considerada no estado ôntico de exteriorização de uma essência (imagem **expressiva**) e no estado ontológico de sua formação na mente do sujeito falante, a partir de e em referência à realidade de (imagem **intencional**, no sentido da **intencionalidade** que Franz Brentano extraiu da escolástica e passou à fenomenologia de Husserl). A palavra e o ser estão íntima e indissociavelmente unidos, na medida em que ela o contém e transporta enquanto o exprime e revela. O valor expressivo da palavra em relação à essência das coisas provém exatamente do fato de aquela conter esta, em mútua e inelutável realização (o pensar é matriz e fruto, vivendo na e da palavra, ao mesmo tempo).

A palavra é ser e pensar. O pensamento nutre-se da palavra e mora dentro dela ("a palavra é a casa do ser"), o mesmo é dizer, o pensamento alimenta-se de **ser na palavra** e, numa involução recíproca, a palavra é produto do pensamento.

Descendo a um terreno menos especulativo, vejamos como se deu, na história do homem, a nomeação das coisas pela fala; em outros termos, a origem da linguagem, segundo os pensadores clássicos. Refletindo sobre este ponto, talvez possamos admitir que o homem, em sua primeira experiência de ser-falante-nomeador de objetos, não se vale dos signos de forma tão arbitrária quanto alguns dos modernos lingüistas afirmam. Antes, porém, transcrevamos como epígrafe estes versos:

Sim, o nome dum ser é o próprio ser  
Miraculosamente transfundido,  
Para sonora imagem cristalina.

Nomear uma coisa é despertá-la,  
Tentar a própria esfinge...  
Quando nos paira um nome à flor dos lábios  
Chega junto de nós, como em segredo,  
Invisível espírito vivente.<sup>1</sup>

1 – Teixeira de Pascoais, *Regresso ao Paraíso*, cit. por Celestino Pires. Vd. Bibliografia.

Platão, em seu diálogo *Crátilo* (387c), põe na boca de Sócrates uma notável definição de linguagem: dar nome às coisas, ou seja, falar é uma forma de atividade pela qual o homem trava relações com os objetos. A comunicação e a compreensão entre os humanos não são expressamente consideradas por Sócrates na análise primordial do fenômeno da linguagem.

O nome dados aos seres é instrumento que serve para instruir<sup>2</sup> e também para distinguir a realidade. Tal como a faca serve para cortar, a naveta para tecer e o trado para furar, assim o nome é o utensílio adequado para que os homens se instruem uns aos outros e discimam as coisas de acordo com sua natureza. Nesse ponto se insere a grande discussão do diálogo platônico.

Sócrates é convidado pelos interlocutores Crátilo e Hermógenes para arbitrar a disputa: o primeiro sustenta que os nomes são adequados às coisas por natureza (φύσει); o segundo, que a correspondência entre nome e objeto nomeado é simples questão de acordo ou convenção entre os falantes (συνθήμενοι). O juiz do pleito discorre em duas fases distintas, advertindo primeiramente para o carácter permanente da realidade, o qual independe de cada um de nós, não cabendo por isso a qualquer dar nome às coisas, e sim ao legislador (νομοθέτης), que, orientado pelo dialético, deve coadunar-se em sua tarefa com as exigências do objeto nomeado. Contrariando Hermógenes, o nome parece ter uma certa congruência com a natureza da coisa nomeada. O problema está em saber em que consiste essa congruência.

Autorizado pelos dois contendores, Sócrates enceta uma longa exposição em que a fantasia se mescla à criatividade para explicar os étimos de uma grande lista de nomes derivados. Nessa busca ele identifica os nomes primitivos, partindo então para a análise das letras e do seu valor, as quais integram sílabas que por sua vez compõem substantivos e verbos que tecem o discurso, e chegando à conclusão de que o legislador criou para cada ser um signo e um nome, compondo-se tudo o mais com base nelas.

Até aqui argüiu contra a opinião de Hermógenes. Na segunda fase do debate, vai objetar contra a de Crátilo, discípulo de Heráclito. Afinal, a prática e a convenção intervêm amiúde na formação de muitos nomes, pelo que estes podem ter uma adequação imperfeita às coisas. Por isso, para conhecê-las bem, é melhor dirigir-se diretamente a elas do que aos nomes que as designam (438e). O nome entravaria a cognição.

Sócrates não toma partido por nenhum dos contendores. Antes, como juiz imparcial, opõe reservas a ambas as teses, contrapondo-lhes, no fim de contas, a sua própria, que é a de abrir amplo espaço ao uso na formação e aceitação de um vasto acervo de nomes que possibilite as relações dos homens entre si e com as coisas.

A metodologia proposta por Sócrates, na primeira etapa do diálogo, parte da

2 - No *Crátilo* (436a), Sócrates estabelece uma clara distinção entre o conhecimento acabado (μαθεῖν), que não implica busca, domínio, e a investigação pessoal (ζητεῖν και εὑρισκεῖν), que leva à conquista do conhecimento propriamente dito. Essa contraposição é bem patente em outro diálogo platônico (*Fédon*, 85c): ἡ μαθεῖν... ἡ εὑρεῖν.

evidência de que é impossível reconhecer a adequação dos nomes derivados se ignorarmos onde reside a dos elementos primitivos (τὰ στοιχεῖα). Da análise das letras (τὰ γράμματα), divididas em consoantes e vogais (τὰ ἄφωνα, τὰ φωνήεντα), deve passar-se à das sílabas, destas à dos substantivos e verbos (τὰ ὀνόματα, τὰ ῥήματα), culminando na do discurso como um todo (ὅλον τὸν λόγον), conforme procedem os estudiosos dos ritmos (424bc). O exame da constituição primária das palavras amplia-se para atingir as unidades sintagmáticas e o texto final. Primeiramente, há que discernir as vogais; depois, classificar por espécies | κατά ἔιδη) os elementos que não comportam nem son (ἄφωνα) nem voz (ἄφθογγα). Em seguida, deve passar-se à distinção dos elementos que não são vogais nem comportam ruído. Depois de bem estabelecidas essas distinções será possível a atribuição, por semelhança (κατὰ τὴν ὁμοιότητα), de cada elemento, ou de muitos elementos misturados, a um único objeto. É necessário distinguir ainda, por sua vez, todos os seres a nomear, procurando saber se podem ser agrupados em categorias e espécies. Assim fazem os pintores para imitarem com as tintas as cores da natureza.

Mas como explicar as coisas pelas letras e sílabas que as imitam? Segundo a tese de Crátilo, isso é uma implicação essencial. Ora, seria ridículo apelar para o artifício dos autores trágicos quando precisam livrar-se de embaraços na condução da ação, o “deus ex machina” (αἱ μηχαναὶ); também não se pode resolver o problema afirmando que os nomes primitivos (πρῶτα ὀνόματα) foram fixados pelos deuses, cuja autoridade justificaria sua congruência; outra saída inaceitável seria dizer que vieram dos povos bárbaros, mais antigos que os gregos; ou ainda que sua antiguidade torna impossível o exame, tal como sucede aos nomes bárbaros.

Por conseguinte, a justeza dos nomes primitivos vai ser esclarecida por Sócrates através da análise de algumas letras: o ρ é o instrumento adequado para exprimir a mobilidade: ῥεῖν (correr), ροή (correnteza), τρόμος (tremor de terra), τραχύς (rugoso) – é a letra mais vibrante (μάλιστα σειομένην); o ι exprime tudo o que é leve e apto a atravessar todas as coisas: ἵεναι ir, ἵεσθαι (lançar); com o φ, o ψ, o σ e o ζ (letras “aspiradas”), o autor dos nomes imitou tudo o que tem esse caráter, como ψυχρόν (frio), ζέον (fervente), σείεσθαι (agitar-se), e, de modo geral, agitação (σεισμός) e ventosidade (φυσῶδες); o δ e ο τ pareceram-lhe apropriados à expressão do acorrentamento (δεσμός) e da suspensão de movimento (στάσις), por terem o efeito de comprimir a língua e nela se apoiar; o λ, em cuja articulação a língua desliza de modo especial, viu-o próprio para indicar essa ação: ὀλισθαίνειν (deslizar), a llisura (λείον), a oleosidade (λιπαρόν), a viscosidade (κολλῶδες), e tudo o que for desse gênero; o γ serviu ao criador de nomes para simular o pegajoso (γλισχροῦ, γλυκύ, γλοιῶδες), porque a língua, ao deslizar, é detida por ação dessa letra. Observando o caráter de interioridade do ν, aplicou-o a palavras como ἐνδον (dentro) e εἰντός (interior), pois em sua prolação ressoa na cavidade das narinas. O α atribuiu-o a μέγα (grande), e ο η a μήκος (comprimento), em virtude de estas letras serem “longas”. Ao ο achou-o indicado para designar a rotundidade (γονυγλύον). É óbvio que Sócrates, nestas três últimas letras, não considerou o aspecto fonético, mas

apenas a forma dos sinais que as representam, como se incidisse no absurdo anacronismo de a escrita preceder a fala. É perfeitamente admissível que, no caso do *o*, Sócrates visualizasse a conformação dos lábios em sua pronúncia. Aqui está a razão da congruência dos nomes com as coisas designadas por eles, ou seja, essa congruência consiste em **fazer ver** a natureza dos objetos.

Os modernos fonólogos têm, portanto, no *Crátilo* o primeiro tratado de sua especialidade, antecipando-se em mais de dois mil anos às investigações de Leibniz e Jacob Grimm e podendo estimular as reflexões de especialistas no estudo da linguagem como Prieto, Bloomfield, Sapir, Trubetzkoi, Hjelmslev, Jakobson, Siewerth e Martinet, para citar apenas alguns de nossos dias.

Durante o diálogo com Hermógenes, Sócrates acha, a certa altura, que lhe ocorreram idéias engenhosas para discorrer a propósito dos nomes. Diz que, muitas vezes, para formá-los, acrescentamos ou suprimimos letras, derivando os nomes de onde nos apraz, e deslocamos os acentos. Dá como exemplos, entre outros, os nomes dos homens (*ἄνθρωποι*), da alma (*ψυχή*), do corpo (*σῶμα*) e do sinal (*σημα*). O homem foi chamado de *ἄνθρωπος* porque, ao contrário dos animais que são incapazes de observar o que vêem, de raciocinar sobre isso e examiná-lo, ele **examina o que viu**, sentido literal da expressão *ἄναθρων ἄ' ὄπωπε*. A alma recebeu o nome de *ψυχή*, derivado de *ἀναψυχόν* ("que reanima com ar fresco", "refrescante"), por ser causa da vida para o corpo, conferindo-lhe o poder de respirar; faltando esse princípio vital, o corpo definha e morre; é o espírito (*νοῦς*) e a alma (*ψυχή*) que ordenam e sustentam a natureza de todos os seres, segundo Anaxágoras; *φυσέχη* é o nome da força que carrega (*ῥέει*) e sustentam (*ἔχει*) a natureza (*φύσις*), podendo dizer-se igualmente *ψυχή* por uma questão de elegância (*κομψευόμενον*). Quanto a *σῶμα* (**corpo**), Sócrates acha este nome muito complexo, lembrando que alguns o definem como **túmulo** (*σημα*) da alma, onde se encontraria presentemente sepultada; por outro lado, o corpo é o **sinal** (*σημα*) que indica as manifestações da alma. Diga-se, entre parênteses que *σημα*, talvez do sânscrito *dhyama*, significava também "sinal com que se reconhece uma sepultura", como na *Odisséia* (II, 222): *σημα χέειν τινί*, "construir um túmulo para alguém", ou em *Tucídides* (I, 93): *στηλαι ἀπὸ σημάτων*, "colunas funerárias que se elevam do chão das sepulturas". Contudo, Sócrates inclina-se para a explicação dada pelos seguidores dos mistérios órficos: uma vez que a alma foi punida por culpas cometidas, é o corpo que a guarda (*σώζεται*) até à expiação total, como se fora um cárcere. (Em Homero, *σῶμα* significa **corpo morto, cadáver** – *Ilíada*, VII, 79; *Odisséia*, XI, 53, etc.)

A pedido de seu interlocutor, Sócrates começa a explicar os nomes dos deuses, na mesma linha em que já explicara o de Zeus. O mesmo com os nomes dos astros e elementos da natureza, assim como de virtudes e noções morais, num total aproximado de 140 etimologias.

Rebatida até certo ponto a tese de Hermógenes, entra em cena *Crátilo*, cuja teoria vai receber, por seu turno, as críticas e restrições de Sócrates, que passa a desarticular suas próprias congeminações anteriores, após captar a benevolência de seu novo interlocutor oferecendo-se-lhe candidamente como discípulo (428 b).

Os nomes são fixados para instruir. Nesse processo existem uma arte (τεχνή) e artesãos (δεμιουργοί), que são os legisladores (νομοθέται). Crátilo não admite a incongruência dos nomes com as coisas: todos eles assentam perfeitamente aos seres designados. Segundo Sócrates, o nome é imitação (μίμησις) que pode ser inexata, tal como a pintura pode ser infiel à realidade que procura reproduzir. Tal como existem bons e maus pintores, que executam bons e maus retratos, assim também há bons e maus legisladores, que estabelecem com justeza ou não os nomes das coisas. Quem sejam esses nomotetas não é explicitado. Uns intérpretes dizem que é o povo, tomado coletivamente, o criador por excelência da linguagem; outros pretendem que seja um deus, um herói divinizado ou personagem mítico; outros, finalmente, pensam que Sócrates se referia aos primeiros homens dotados de fala. Fosse quem fosse, esse legislador haveria de possuir uma poderosa imaginação secundada por forte capacidade mimética, para criar metáforas ou transferências do tipo das onomatopéias, que recriam na prolação dos sons da fala o objeto significado. Todavia, mesmo assim, a imagem corre o risco de ser cópia infiel do objeto, podendo induzir em erro.

Os nomes, segundo Crátilo, seriam uma representação (δήλωμα) do objeto mediante letras (γράμματα) e sílabas (συλλαβαί), mas não existirá nome propriamente dito se nessa pretensa representação não estiverem presentes todas as características do objeto. Este o lado vulnerável da tese que Sócrates explora, levando seu interlocutor a concordar em que uma imitação aproximativa é preferível a qualquer meio surgido por acaso, para representar o objeto. O uso pode levar o falante a perceber a mesma realidade quando ouve σκληρότης (dureza e σκληρότηρ, como diz o povo da Eritrêia. Isto depois de Crátilo convir com Hermógenes em que o ρ exprime a mobilidade; neste e noutros casos, o σ desempenha o mesmo papel por semelhança, aproximação. No estabelecimento dos nomes existe, por consequência, uma parte de acordo ou convenção (σύνθημα) decorrente da prática. A convenção e o uso têm necessariamente de contribuir para a representação do que o homem tem na mente quando fala. Sócrates, no entanto, prefere que os nomes sejam o mais possível semelhantes aos objetos, mas sente-se compelido, muitas vezes, a recorrer ao expediente grosseiro (τῷ φορτικῷ τούτῳ) da convenção, a fim de obter a congruência (εἰς ὁνομάτων ὁρθότητα).

A conclusão final de Sócrates é pela imprudência em esperar dos nomes o conhecimento perfeito das coisas. O meio mais seguro, por ser o mais natural e legítimo, consiste em aprender a conhecer as coisas umas através das outras. Propõe ele a Crátilo a escolha da mais bela e rigorosa forma de conhecimento dentre a alternativa: deveremos partir da imagem (dada pelo nome) para ficar sabendo, através de seu estudo, se a cópia é boa e, ao mesmo tempo, conhecer a verdade de que ela é imagem; ou deveremos antes partir da verdade para conhecê-la em si e, simultaneamente, conferir se sua imagem foi adequadamente realizada? Crátilo escolhe, evidentemente, a segunda forma.

Alguns comentadores procuram em vão, no *Crátilo*, um conceito de linguagem. A bem da verdade, temos de reconhecer que ele não existe em toda a antiguidade clássica, pelo menos segundo conceituação moderna. O tema amplamente discutido pela filosofia grega e por uma tradição especulativa que vai perdurar pela Idade Média é propriamente o da correção dos nomes, tema esse, aliás, infra-escrito ao título do diálogo de Platão. Os sofistas fizeram dele um dos pontos fortes de suas perambulações didáticas. Podemos dizer com segurança que a ausência de uma definição desse conceito rigoroso de linguagem ao tempo de Platão constitui a causa da conclusão aporética do fecho do *Crátilo*.

Epicuro, em sua *Carta a Heródoto*, que nos foi transmitida por Diógenes Laércio em *Vida, Doutrinas e Sentenças dos Filósofos Ilustres*, ou mais simplesmente, *Vidas dos Filósofos*, livro X, discorre brevemente sobre o aprendizado da fala. A natureza aprende por si mesma muitas e variadas coisas, recebendo múltiplas impressões. A experiência e a necessidade aperfeiçoam os conhecimentos recebidos da natureza e descobrem outros, depois de penosas buscas (προσεξευρίσκειν). Os nomes, no princípio, não foram estipulados por convenção (θέσις), mas o homem, em todos os povos, recolhendo as imagens (φαντάσματα) das coisas e sofrendo suas paixões (πάθη), usou o aparelho fonador para exprimi-las, variando consoante os povos e os lugares – esta reação do homem é causada pela φύσις. Mais tarde, cada povo instituiu uma linguagem própria, comum a todos os seus integrantes, para que não houvesse equívocos (ἀμφιβολία) na designação dos objetos e a expressão fosse mais concisa (συντομοτέρος). Quando se introduziram nesse povo coisas novas que careciam de nome, seus introdutores forneciam as palavras para designá-las. O uso e a reflexão produziam a incorporação definitiva.

Em síntese, Epicuro considerava três etapas na origem e formação da linguagem humana:

- 1) o homem, pela voz, exprime emoções e percepções: a φύσις é que produz essa resposta instintiva ao mundo que o cerca;
- 2) intervém então a θέσις, para que os homens se entendam ao designarem os seres;
- 3) no processo de aquisição e incorporação de nomes novos, conjugam-se φύσις e θέσις.

No fundo, o epicurismo dá para o surgimento da linguagem uma explicação psicológica e sociológica, simultaneamente. As necessidades do homem é que o impelem à emissão espontânea dos sons para nomear os objetos. A constituição do acervo de nomes é feita paulatinamente, num gradual e interminável avanço.

O grande expositor das idéias de Epicuro em Roma é Lucrécio, em seu longo e denso poema *Da Natureza das Coisas*. Curiosamente, das três etapas de Epicuro no aprendizado da linguagem, considera apenas a primeira (livro V, 1028-1090). A criança, ainda inepta para exprimir-se com a língua, recorre ao gesto para apontar com o dedo os objetos que a rodeiam, num processo análogo ao do bezerro quando utiliza os chifres que mal despontam para ameaçar o adversário e arremetê-lo de cabeça baixa; ou ao dos filhotes das panteras e dos leões, que se defendem com patas, garras

e presas, antes mesmo que unhas e dentes hajam crescido. As aves de toda a espécie ensaiam o voo ainda meio implumes. Lucrécio é pensador e poeta, recorrendo ao símile para ilustrar que a necessidade (*utilitas*) impôs ao homem o desafio da palavra. A fala é o instrumento e a arma com que a natureza dotou o ser humano, a característica individualizante da espécie. Foi o instinto natural, cuja força reveladora o poeta evoca, o verdadeiro criador da linguagem:

**Sentit enim uim quisque suam quoad possit abuti.**

**Cada homem, na verdade, tem a percepção do uso que pode dar a esse seu poder(v.1033).**

Para Lucrécio, esta é a única explicação da origem da linguagem. Não admite a convenção e o acordo estranhos ao instinto, quicá uma concessão da escola epicurista ao racionalismo utilitarista dos homens cultos de Roma. De fato, o epicurismo genuíno privilegiava os aspectos afetivos e emotivos radicalmente associados ao instinto. Lucrécio acha insensatez (*desipere*) o procedimento daquele que admite que alguém um dia distribuiu nomes pelos objetos e posteriormente os homens aprenderam desse alguém os primeiros rudimentos da linguagem (*uocabula prima*). Se um indivíduo pôde estipular nomes às coisas e emitir os modulados sons da fala (*uarios sonitus emittente linguae*), por que não supor que outros poderiam tê-lo feito ao mesmo tempo que ele (resultando numa babélica algaraviada)? Pôr outro lado, é impossível conceber a utilidade da linguagem sem antes tê-la experimentado. Ademais, como é que um único homem, mesmo genial, poderia ter reunido multidões e compeli-las a aprender os nomes de todos os seres? E como levaria ele os surdos a suportar que ele lhes enchesse os ouvidos dos sons inúteis e desconhecidos da fala (*uocis inauditos sonitus obtundere frustra*)? Um epicurista tardio, Diógenes de Enoanda, classificou de ridícula a teoria de que a linguagem é obra de convenção engendrada por uma divindade ou por um homem de gênio.

Ao encerrar o trecho do livro V sobre a origem da fala, Lucrécio volta à tese de que foi a natureza que dotou o homem com a aptidão para dar nomes a todas as coisas, à maneira dos rebanhos, feras e pássaros, que emitem sons de acordo com as variações sazonais ou o que sentem: medo, ameaça, raiva e carinho, lamento, agouro e euforia. E exclama, interrogando: Se a diversidade das sensações (*uarii sensus*) compele os animais, mesmo sendo mudos, a emitir sons variados, como não haveria de ser natural que os mortais de antanho pudessem designar diferentes coisas com nomes diferentes!?

Discutindo uma outra questão – da origem da eloquência –, Cícero parece contraditar o pensamento lucreciano-epicurista ao excluir o terceiro membro da disjunção interrogativa: a eloquência será fruto de um ensino teórico (*artis*, de uma exercitação prática (*exercitationis*) ou de uma aptidão inata (*facultatis ab natura profectae*)? Diz o grande orador que, em tempos idos, os homens erravam pelos campos como os animais bravios. Como estes se alimentavam, sem fazer uso da inteligência, mas da

força física, para decidir fosse o que fosse. Não prestavam culto aos deuses, nem tinham deveres uns para com os outros. Não existia casamento segundo as leis, nem tampouco o conceito de família ou de justiça igual para todos. Por causa do erro e da ignorância, a cobiça impunha seu cego e temerário império sobre a inteligência, abusando da força corporal em sua tirania.

Ora, nesse tempo remoto – prossegue o Arpinate –, um homem superior e sábio reconheceu no espírito da espécie um campo fértil e um pendor acentuado para o cometimento de grandes feitos, se alguém o orientasse na senda da perfeição. Foi ele que, dotado de um talento peculiar, congregou os homens dispersos pelos vales e escondidos em choças de ramagens e os ajuntou num mesmo lugar. Inspirando-lhes tudo o que era útil e moralmente belo, a eles que de início recalcitravam por causa da novidade e depois aceitavam com entusiasmo devido à sabedoria e eloquência do guia, de ferozes e selvagens os amansou e civilizou. (*De Inventione*, I, 2, ii)

\* \*

O problema da origem natural ou convencional da linguagem só veio a ser definitivamente equacionado a partir de Saussure, o qual definiu pela primeira vez um certo número de pontos-chaves que são a base dos modernos estudos lingüísticos: distinção entre língua e fala, concepção de língua como sistema idiossincrônico de signos, carácter arbitrário destes últimos, etc.

Foi Saussure que despertou a necessidade de estudar-se a relação entre os fenómenos fônicos e sua função significativa, tarefa a que se consagraram, entre outros, cientistas do porte de Dufrique, Passy, Winteler, Sweet, Baudouin, Noreen e Kruszewski. Noreen, em suas reflexões, estabeleceu a importante distinção entre estudo substancial e estudo formal dos conteúdos semânticos e dos aspectos fônicos.

Saussure retomou a terminologia e conceituação escolásticas de ato e potência, substância e forma, e aplicou-as cuidadosamente às entidades lingüísticas. A fala (*parole*), resultado da união de uma fonia a um sentido concretos, é **substância**; o que se atualiza na fala e serve para classificá-la, vale dizer, o conjunto de significados – a língua – é **forma**. As classes abstratas ou formais, denominadas significantes e significados e constitutivas dos signos, são independentes, para sua formação, das características intrínsecas da substância fônica e psicológica. Por outras palavras, elas não dependem mecanicamente, de maneira determinada, dos caracteres físicos da substância. O mesmo se passa com as significações e os significados. É por isso que as distinções entre significantes e significados, nas realizações fônicas e nas significações, têm um cunho eminentemente arbitrário. A capacidade inata da inteligência humana para discernir e associar em classes os atos e os dados colhidos por sua experiência do mundo dos objetos possui ampla liberdade para recortar e estruturar a substância fônica, formando classes e coordenando-as a seu critério.

O patriarca da moderna ciência da linguagem erige em princípio básico de toda a realidade lingüística precisamente o carácter arbitrário do signo. Daqui promanam conseqüências de grande alcance. Em primeiro lugar, um princípio de classificação dos

sistemas semiológicos de acordo com o maior ou menor grau dessa arbitrariedade: assim se classificam os sistemas semiológicos dos ritos, usos, costumes, códigos de comunicação, grafias, linguagens de todo o tipo. Em segundo lugar, o princípio da linearidade, em cuja conformidade a linguagem verbal se processa e que permite a codificação numa seqüência linear das situações que se apresentam unitariamente à memória, à percepção e ao conhecimento do falante. Pode-se dizer que toda a organização de uma língua repousa na intersecção desses dois princípios. O fato de o signo ser arbitrário explica ainda outros fenômenos importantes, como o da opositividade entre significantes e significado. Por outro lado, o princípio da linearidade está na base do carácter sintagmático das entidades significantes e significadas. O “equilíbrio” da língua, na expressão saussuriana traduzida pelos organizadores de seu Curso (Charles Bally e Albert Sechehaye) e mais tarde, por Martinet, como “economia” do sistema, assenta no binômio opositividade-sintagmaticidade dessas entidades, decomponíveis em unidades mínimas (“unidades concretas” para Saussure, “monemas” para Frei e Martinet), as quais, junto com os esquemas fundamentais (denominados “abstratos” pelo lingüista suíço) de suas combinações possíveis, constituem a língua como sistema global. A língua produz e cria sempre novos signos cada vez mais complexos, através do grande motor que é a analogia.

Do carácter arbitrário do signo lingüístico provêm ainda dois efeitos antagônicos, mas basilares, para o estudo da origem da linguagem. O primeiro é o da mutabilidade de uma língua ao longo do tempo: o segundo, paradoxal, o da contenção dessa mutabilidade. Dado que as entidades semiológicas e sua organização em sistemas estão isentas dos grilhões do mundo dos objetos e não se vinculam à realidade lógica ou natural, uma língua incorre fatalmente nas mudanças mais ilógicas e imprevisíveis, entregue aos caprichos do acaso e aos gostos, tendências e opções dos sujeitos falantes. Acontecem, por isso, com freqüência, na história comparada de línguas muito diferentes, convergências meramente fortuitas, e, ao contrário, divergências notáveis entre provenientes de um mesmo tronco. Isso ocorre, evidentemente, devido ao fato de as línguas sofrerem exclusivamente as limitações impostas ao aparelho fonatório e acústico do homem, bem como à sua capacidade de percepção e consciencialização. Cada língua tem possibilidade infinitas de combinar significantes e significados, num limitado acervo de fonias e sentidos ao seu dispor.

Outro efeito da arbitrariedade do signo – o da contenção das mudanças – opera em sentido inverso, porquanto as fonias e as significações, que representam os significantes e os significados de um língua, estão em contínuo processo de mutação, produzindo abalos e oscilações que se amortecem nas fronteiras naturais do sistema. Assim, ao mesmo tempo que dá margem a essas mudanças, o arbitrário condiciona, refreia e estabiliza os “desvios” dentro dos parâmetros sistemáticos da língua.

O quadro de conseqüências desencadeadas pela arbitrariedade do signo não estaria completo se não atentássemos no aspecto radicalmente social da língua. É o consenso de uma comunidade que utiliza o mesmo sistema o fator que valida o nexos, de certo modo preexistente, entre os significados e as coisas. O consenso entre seus

membros organiza livremente os significantes, mas os significados são como que impostos a esse consenso por uma realidade que lhe é anterior. Este carácter eminentemente social da língua foi explorado com muita argúcia por Wittgenstein, conferindo a esse fator a mesma força para estabilizar e possibilitar as mudanças que assinalamos ao carácter arbitrário do signo. O social freia os caprichos e os devaneios de certos grupos ou indivíduos, ao mesmo tempo que faz a língua mudar, sempre que se reduz a exigência de distinguir entidades lingüísticas consolidadas ou aparece a necessidade de estabelecer distinções novas.

## BIBLIOGRAFIA COMPULSADA

- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral** Trad. de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- BOYANCÉ, Pierre. **Lucrece et l'épicurisme**. Paris, Presses Universitaires de France, 1963.
- CASINI, N. "Diogene di Enoanda e Lucrezio", **Rivista di Storia della filosofia**, 4, 1949, p. 287ss.
- CÍCERO. **De inuentione. De optimo genere oratorum**. Londres, W. Heinemann, 1949.
- DIÓGENES LAÉRCIO. **Vitae Philosophorum**, ed. H. S. LONG, tomus posterior, X, Epikouros. Oxford, e Typographeo Clarendoniano, impres. da Oxford University Press, 1966.
- ENES, José. **À Porta do Ser**. Lisboa, Difusão Dilsar, s. d.
- LUCRÉCIO. T. **Lucretii Carli De Rerum Natura Libri sex**, ed. por Adolphus BRIEGER. Leipzig, 1909.
- PIRES, Celestino. "O Ser e a Palavra", recensão às três obras de Siewerth, *infra*, in **Revista Portuguesa de Filosofia**, supl. bibl. nº 24. Braga, 1961, pp. 302ss.
- PLATÃO. **Opera**, t. I, **Cratylus**, ed. por Ioannes BRUNET. Oxford, e Typographeo Clarendoniano, impres. da Oxford University Press, 1973.
- PROCLO. **Procli Diadochi in Platonis Cratylum Commentaria**. Edidit Georgius Pasquall. Lipsiae, in aedibus B. G. Teubneri, 1908.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de linguistique générale**, ed. crítica por Tullio de Mauro. Paris, Payot, 1972.
- SCHAFF, Adam. **Linguagem e Conhecimento**. Trad. de Manuel Reis. Coimbra, Livraria Almedina 1974.
- SIEWERTH, Gustav. **Wort und Bild. Eine ontologische Interpretation**. Düsseldorf, Verlag Schwann, 1952.
- SIEWERTH, Gustav. **Die Sinne und das Wort**. Düsseldorf, Verlag Schwann, 1956.
- SIEWERTH, Gustav. **Das Sein als Gleichnis Gottes**. Heidelberg, F. H. Kerle Verlag, 1958.